

## **Multi-Mead: notas sobre behaviorismo, naturalismo e outros “ismos” no legado de “Mente, self e sociedade”**

Por Gabriel Peters

### **FALAS DO ALÉM: UMA PUBLICAÇÃO PÓSTUMA**

Hoje tido como um clássico das ciências sociais, o livro *Mente, self e sociedade* (MSS, de ora em diante), de autoria atribuída ao pensador estadunidense George Herbert Mead, trilhou uma trajetória peculiar tanto na sua feitura quanto na sua recepção. Publicado em 1934, três anos após a morte de Mead, a obra resultou de um esforço conjunto coordenado pelo filósofo e semiólogo Charles Morris, uma empreitada editorial que compôs o livro a partir de notas de estudantes e estenógrafos feitas em um curso de “Psicologia Social Avançada” que Mead ministrara no final da década de 1920 na Universidade de Chicago. O papel editorial de Morris na confecção do livro não foi meramente acessório, já que envolveu tarefas como: a escolha entre quais notas seriam incluídas ou excluídas como documentos fiéis das ideias oralmente expostas por Mead; a supressão de passagens que apenas repetiriam argumentos já apresentados; e o enxerto, no texto final da obra, de trechos escritos de próprio punho por Mead em artigos publicados ou inéditos. Também coube a Morris a escolha do subtítulo original dessa obra, que anuncia o autor como defensor do “ponto de vista de um behaviorista social”.

### **MEAD É BEHAVIORISTA?**

Ao inserir a expressão logo no póstico do livro, Morris impôs uma das tarefas iniciais de sua interpretação: a elucidação do que significa “behaviorismo social” como orientação analítica, sobretudo em comparação ao “behaviorismo” estrito que John Watson, contemporâneo de Mead, advogava para a psicologia científica. Como é sabido, a versão watsoniana do behaviorismo propunha expurgar a ciência psicológica de quaisquer referências a conteúdos psíquicos e experiências interiores. No núcleo de seu programa de pesquisa, o behaviorismo radical de Watson acalentava a esperança de explicar e prever quaisquer comportamentos humanos como respostas observáveis a estímulos situacionais igualmente observáveis, tornando dispensável, assim, a referência à consciência do ator como parte da cadeia explicativa.

Na parte I de MSS, Mead define sua própria abordagem como “behaviorista” na medida em que, desconfiando de métodos introspectivos, ela toma a atividade humana

observável como ponto de partida para uma psicologia propriamente científica. Se o elemento behaviorista no “behaviorismo social” de Mead também podia ser lido na tese da primazia da ação sobre o pensamento, é importante sublinhar que essa mesma tese estava no núcleo da abordagem “funcionalista” à psicologia proposta pelo seu amigo e parceiro de reflexões John Dewey. Os aspectos que separam o behaviorismo de Mead da versão de Watson já haviam sido prefigurados, com efeito, em um artigo de Dewey sobre “O conceito de arco-reflexo em psicologia” – texto que, publicado em 1896, pode ser lido como uma crítica ao behaviorismo radical no seu nascedouro. Ainda que rejeitasse visões dualistas da relação consciência/mundo, Dewey, como Mead depois dele, considerou a consciência como uma “fase” ou “momento” indispensável da ação situada. Reinterpretada em termos pragmatistas, isto é, nos seus vínculos com a conduta humana em situação, a consciência constitui uma mediação crucial nas conexões entre “estímulos” ambientais e “respostas” comportamentais.

Rechazando a suposição de uma primazia ontológica do estímulo sobre a resposta, Dewey argumentou que, a depender das diferentes orientações práticas conscientes que um agente mantém em relação ao seu ambiente, um mesmo fenômeno externo não configurará o mesmo “estímulo” e, por conseguinte, não produzirá as mesmas respostas comportamentais por parte do ator. O ruído gerado por uma raposa que corre rapidamente pelo mato, por exemplo, consistirá em um “estímulo” marcadamente distinto quando percebido por um caçador, por uma fotógrafa ou, ainda, por alguém que acabou de acordar amedrontado em meio às árvores e procura um modo de retornar à cidade. Em MSS, Mead também é explícito em contrapor a noção externalista de comportamento defendida por Watson a uma apreensão funcional da consciência, tomada como experiência das transações entre o indivíduo e seus ambientes sociais e físicos:

“A psicologia social é behaviorista no sentido de partir de uma atividade observável – o processo social dinâmico, em andamento, e os atos sociais que são seus elementos componentes – a ser estudada e analisada cientificamente. Mas não é behaviorista no sentido de ignorar a experiência interior do indivíduo, a fase interior desse processo ou atividade. Ao contrário, ela se volta especificamente para o aparecimento dessa experiência no contexto do processo como um todo. (...)...nossa abordagem..., diferentemente do behaviorismo de Watson, reconhece as partes do ato que não se prestam a uma observação externa, e enfatiza o ato do indivíduo humano em sua situação social natural” (p.46).

## **MEAD É NATURALISTA?**

“Situação social natural”? No seu prólogo a esta edição definitiva, Hans Joas sublinha que as ideias de Mead merecem especial atenção em face “do enorme interesse público por um novo ‘naturalismo’” (p.13) nos debates contemporâneos. Na teoria social em particular, a busca por um “novo naturalismo” tem se refletido sobretudo em projetos intelectuais que questionam o pressuposto de um dualismo ontológico entre sociedade e natureza. No mais das vezes, tal questionamento não ocorre em prol de um retorno aos velhos reducionismos naturalistas de outrora, mas, sim, como parte de uma visão antidualista da socialidade como traço constitutivo de existências humanas e não humanas. No atualíssimo “naturalismo” de Mead, considerações de biologia evolucionária não servem à negação do papel causal autônomo da ordem social na formação da subjetividade individual, como acontecia em antigos projetos de “sociobiologia” ou em certas versões da psicologia evolucionista; ao contrário, aquelas considerações operam em favor de uma abordagem sociológica robusta das fontes da mente e do self entre os seres humanos.

Ao rechaçar o antimentalismo de Watson, a teoria “funcionalista” da mente também rejeitava, bem entendido, a tendência antípoda a concebê-la como uma realidade espiritual desencarnada, imune aos processos vitais que governam todas as espécies biológicas (p.41). Como notaram diversos comentadores, as teorias da ação situada de Mead e Dewey ofereciam, a bem da verdade, uma síntese original entre influxos do “materialismo” darwinista e do “idealismo” hegeliano. Para além de seu papel na teoria da evolução das espécies, a tese de que traços duráveis de uma espécie de agente são explicáveis em termos de seu caráter “adaptativo” é aplicada, tanto por Mead quanto por Dewey, ao desenvolvimento da personalidade individual em um contexto social. Longe de significar o rechaço do “social” por alguma redução biologizante, nesse sentido, o veio darwinista em Mead se traduz em uma sociologização inovadora na análise dos atributos mais “interiores” da individualidade humana. “Mente” e “self” não são vistos como realidades que precedem a participação do organismo humano em um contexto social, mas como produtos emergentes dos ajustes que o indivíduo biológico faz à sociedade em que vive (a noção de “situação social natural”, empregada por Mead, é lindamente sugestiva nesse sentido [p.46]). Evitando redundar em um mecanicismo à la Watson, tal perspectiva sobre a adaptação “socionatural” entre os seres humanos se estende à explicação das próprias faculdades racionais, críticas e deliberativas que os distinguem de outros animais. Contraopondo-se, por seu turno, a teorias filosóficas que projetavam tais faculdades para fora da natureza, pragmatistas como Dewey e Mead se reaproximavam tanto do behaviorismo watsoniano quanto do utilitarismo ao frisarem o papel dos “ajustes” ou “desajustes” (“reforços” positivos ou negativos no

vocabulário comportamentalista, “prazer” e “dor” na linguagem utilitarista) naquele processo. Se o “behaviorismo social” de Mead for entendido não como negação da mente, mas como explicação da mente qua resultado da adaptação do organismo ao ambiente, cabe reconhecer que tal ambiente não é uma “natureza” não mediada, mas uma organização social que preexiste ao indivíduo:

“Na psicologia social não constituímos o comportamento do grupo social a partir do comportamento dos indivíduos que o compõem. Em vez disso, começamos com um determinado todo social, com uma atividade grupal complexa e, dentro dele, analisamos (como elementos) o comportamento isolado de cada um dos seus indivíduos. Ou seja, tentamos explicar a conduta do indivíduo a partir da conduta organizada do grupo social, em vez de explicar a conduta organizada do grupo social a partir da conduta de cada um dos indivíduos que o compõem” (p.45).

O comportamento humano deve ser explicado, pois, como adaptação naquele sentido simultaneamente evolucionário e sociológico – sociológico porque evolucionário, como vimos. A acepção de “comportamento” é estendida, ademais, não só para condutas observáveis, mas também para atos mentais como pensar, refletir, deliberar e avaliar, os quais despontam como igualmente mediados por influências sociais. Qua desenvolvida por Mead, a sociologia do “comportamento” é também, como notou Randall Collins (2009: 216), uma “sociologia do pensamento”.

### **MEAD É VOLUNTARISTA? OU DETERMINISTA?**

Calcado na concepção de “gesto” de Wundt (p.71-76), que substituíra a teoria “expressivista” que Darwin deu dos gestos por uma visão interacionista e comportamental, Mead considera “gesto” aquela parte do comportamento de um organismo que estimula o comportamento de outro organismo. A “conversa” ou “conversação” de gestos, traduzida como “diálogo por gestos” nessa edição brasileira, constitui a mais simples forma de interação segundo Mead. Trata-se do processo em que um organismo A emite gestos que estimulam respostas de um organismo B, as quais reclamam, por seu turno, alguma resposta do organismo A em resposta à resposta do organismo B, e assim por diante – enquanto durar a inter-ação. Tal forma de interação é típica, diz Mead, não apenas de animais não humanos como também de bebês humanos. Pensado nesses termos, o “gesto” adquire significado no processo interacional como indicação de um comportamento subsequente para outro organismo, não como conteúdo mental divorciado da interação – por exemplo, se um gato se arma para a luta ou foge quando outro sibila para ele, o gesto de sibilar (aquele barulho de

cobra que o gato faz com os dentes agressivamente à mostra) tem, ipso facto, significado. Ao ajustarem reciprocamente suas condutas mediante o diálogo de gestos, organismos biológicos tornam-se capazes de cooperação e organização social. Uma forma qualitativamente nova de atividade concertada emerge entre seres humanos, entretanto, quando estes passam a comunicar-se pela utilização de símbolos cujo significado é partilhado pelos atores em interação (p.85-90). O incremento na capacidade de manejar símbolos significantes é o processo que explica o desenvolvimento da “mente” tanto no âmbito filogenético (desenvolvimento da espécie humana) quanto na esfera ontogenética (desenvolvimento do indivíduo humano). Na interação entre animais não humanos, o gesto de estímulo por um organismo A não significa o mesmo para o organismo B que a ele responde, ao passo que gestos humanos se tornam significantes ou significativos quando evocam a mesma resposta naqueles que o utilizam e naqueles que o percebem. Por óbvio, tal propriedade está na base da comunicação simbólica.

Inspirado em teorias utilitaristas da ação, mas também na noção deweyana de pensamento “reflexivo” ou “crítico”, Mead define a mente (p.127-140) como um conjunto de capacidades comportamentais: denotar entidades no mundo com símbolos significantes (p.ex., “olhe, uma estrela!”); interpretar os símbolos significantes utilizados por outros e usar tais símbolos como estímulos à própria resposta (p.ex., dar passagem após compreender um pedido de licença); inibir ou adiar respostas comportamentais aos gestos significativos de outros (p.ex., quando decido internamente que não vale a pena responder a uma provocação); realizar “ensaios imaginativos” (Dewey) de cursos alternativos de ação, testando na imaginação as consequências de tal ou qual curso, de maneira a escolher a resposta que julgo ser mais eficaz na minha adaptação ao ambiente. Mead confere primazia à interação no seu retrato da mente não somente no âmbito desenvolvimental ou ontogenético, mas também na sua definição de processos mentais como uma “conversação interna de gestos” que o indivíduo leva a efeito consigo mesmo. Mobilizando tanto o discurso verbal quanto visualizações imaginativas, a cognição assim como os afetos, tais diálogos interiores são o próprio meio de ensaios reflexivos de conduta. Imagine, por exemplo, a conversa interna de um estudante que teve a ideia de fazer uma pergunta ao professor: os “argumentos” (p.ex., “sempre tive curiosidade em saber o que ele pensa disso”) e “contra-argumentos” (p.ex., “será que a pergunta não vai soar ridícula pra ele e pros colegas?”) caminham a par e passo com cenas imaginadas (p.ex., o professor revirando os olhos, dando a entender que não achou a questão inteligente).

Embora tenha entre suas condições necessárias (ou “causas formais” no sentido de Aristóteles) certos potenciais do organismo humano, a “mente”, no sentido de Mead, não nasce com o bebê, mas se desenvolve em resposta às suas necessidades de adaptação a um cenário de ações sociais organizadas. Por sua própria natureza, a sociedade a que o infante tem de se adaptar o pressiona a desenvolver, tão cedo e eficazmente quanto possível, a capacidade de interpretar e utilizar gestos significativos. Para Mead, o ajuste prático ao contexto social está, portanto, na base da transição entre a conversação de gestos partilhada com outros animais (p.ex., o choro da criança, assim como as vocalizações de um cachorro, não comunica exatamente se sua necessidade é fome, sede, frio etc.) para o comportamento caracteristicamente humano da comunicação simbólica (p.ex., quando ela balbucia a palavra “água” para comunicar sua sede). Em comum com os behavioristas, Mead sublinha que os “reforços” positivos que a criança recebe do ambiente (p.ex., um cobertor em resposta à palavra “frio”) explicam a “retenção” desses comportamentos como disposições duráveis.

O vínculo entre o uso de gestos significantes, de um lado, e a atividade social concertada, de outro, aparece no desenvolvimento da capacidade de “assumir o lugar do outro”: compreender o significado de um olhar alheio como “raivoso”, por exemplo, significa ser capaz de se transportar para a perspectiva desse outro que fita o agente com raiva, o mesmo valendo para a compreensão de vocalizações significativas como “não aguento mais essa bagunça, menino!”. A assunção imaginativa de papéis alheios é crucial às faculdades deliberativas da mente, já que a reflexão sobre linhas alternativas de ação envolve antecipar, na imaginação, as respostas de outros. Igualmente crucial, de todo modo, é a capacidade de tomar a si próprio como um dos objetos relevantes em um campo de experiência – capacidade que, como vimos, Mead não trata como inata, mas adquirida na interação com outros, dependente da assunção imaginativa do ponto de vista deles em relação a si. A autoimagem oriunda desse processo é o self.

Como notou Jonathan Turner (2016: 370), Mead utiliza a noção de self tanto em um sentido mais situacional e transitório, relativo às autoimagens que os atores derivam de interações sociais particulares, quanto em uma acepção mais durável, como uma configuração de atitudes estáveis em relação a si que os atores levam consigo de um cenário a outro de experiência. Mead reconhece que uma sociedade complexa e diferenciada leva os agentes a atuarem em uma pluralidade de situações (p.ex., do café da manhã com as crianças à reunião de trabalho, do trabalho à cerveja com os amigos à noite e, então, ao culto religioso no dia seguinte) que reclamam diferentes aspectos do seu self (p.ex., entre brincalhão e mandão com as crianças, sério e calado no trabalho, extrovertido e falante na cerveja com os

amigos, extático no culto religioso). Prefigurando a teoria schutziana das “realidades múltiplas”, o autor salienta que a variedade intrassubjetiva de aspectos do “self completo” ou “unificado” se torna, assim, um reflexo da variedade intrassocial da própria sociedade:

“A unidade e a estrutura do self completo refletem a unidade e a estrutura do processo social inteiro; cada self individual que o compõe reflete a unidade e a estrutura de um dos vários aspectos daquele processo em que o indivíduo está implicado. Em outras palavras, os vários selfs elementares que constituem ou estão organizados num self completo, ou ainda são os vários aspectos da estrutura desse self completo, respondendo aos vários aspectos da estrutura do processo social como um todo” (p.148).

Antecipando uma questão clássica na teoria da ação, Mead procurou reconhecer no self uma das fontes do caráter padronizado da atividade social, mas sem deixar de reconhecer na ação humana, em compasso com a sensibilidade de pragmatistas como Dewey, um elemento de criatividade e inovação. O autor expressou essa dualidade do ator humano na sua clássica distinção entre o “eu” e o “mim” como momentos ou fases do self (p.170-209). O “mim” funciona como uma instância interiorizada da sociedade, um repertório de normas e representações que o self toma como a perspectiva de outros significantes e da coletividade in toto (o “outro generalizado” [p.154]) sobre sua própria conduta. Através do “mim”, o indivíduo socializado é capaz de se comportar segundo os roteiros interacionais de papéis e situações sociais particulares, graças ao exercício reflexivo no qual assume o ponto de vista de outros sobre suas próprias ações. Do professor que esconde sua irritação na sala de aula ao espectador do cinema que se pega falando muito alto com o amigo ao lado, o “mim” desponta como a principal faculdade cognitiva através da qual a regulação social da conduta individual opera como autorregulação reflexiva. O “eu”, por seu turno, consiste na instância da subjetividade que emite as condutas do ator, uma fonte de relativa espontaneidade e criatividade práticas submetidas, entretanto, aos olhares e regulações do “mim”.

Em termos que se tornariam correntes na teoria social do século XX, a distinção entre “eu” e “mim” permite que Mead reconheça tanto a autonomia relativa dos agentes individuais quanto o peso das influências sociais que pesam sobre sua subjetividade. A dialética entre criatividade individual e condicionantes sociais não se exerce apenas como uma relação entre o “dentro” e o “fora”, mas como um intercâmbio inerente ao próprio curso temporal das condutas e experiências do mesmo agente individual. Conforme o ator recebe feedbacks do contexto social quanto aos comportamentos mais ou menos espontâneos que efluem do seu “eu” (p.ex., o professor percebe que demonstrar irritação, longe de motivar os estudantes, só os torna menos interessados ainda na aula), ele integra aqueles feedbacks como elementos do

seu “mim”, os quais avaliarão e regularão novas condutas (p.ex., “sempre me mostrarei animado e motivado para dar aula, já que, se eu não estiver animado, como posso esperar que os estudantes também se animem?”) e assim por diante. Tal modelo analítico não é somente sensível à dialética entre iniciativa individual e controle social, mas também à variedade de contextos sociais empíricos em função da qual as “dosagens” do “eu” e do “mim” variam como motores causais da ação (p.ex., o “eu” expandido na cerveja com amigues dá lugar a um “eu” mais controlado pelo “mim” na reunião de trabalho).

Nada parecido com um sumário exaustivo dos temas de MSS foi oferecido nos parágrafos anteriores, mas essas considerações preliminares já ajudam, quero crer, a examinar aspectos um tanto desconcertantes do legado de Mead.

### **ESCOLA DE CHICAGO, HERBERT BLUMER E O INTERACIONISMO SIMBÓLICO**

Quando a obra veio a lume, não apenas Dewey como outros intelectuais de prestígio previram que ela provocaria um tremendo impacto na paisagem intelectual estadunidense. O vaticínio se revelaria eventualmente acertado, mas o impacto previsto demorou um bocado a se consumir. Nos anos de 1940 e 1950, o próprio pragmatismo filosófico de James, Peirce e Dewey, os autores com os quais Mead é hoje frequentemente agrupado em um quarteto pragmatista, entrou em relativo eclipse nos departamentos de filosofia dos Estados Unidos, então largamente dominados por abordagens analíticas de proveniência europeia. No mesmo período, a sociologia, por seu turno, atravessava a hegemonia do “consenso ortodoxo” liderado pelo estrutural-funcionalismo de Parsons, cuja teoria vinha sendo tecida, desde os anos de 1930, a partir de influxos predominantemente europeus (Durkheim, Weber, Freud em momento posterior), portanto em ostensiva ignorância dos esforços sociocientíficos de compatriotas como Mead, Cooley e outros.

Mesmo no período áureo de vigência do “consenso ortodoxo” (Giddens) estrutural-funcional liderado por Parsons, Merton e Lazarsfeld a partir do eixo Harvard-Columbia, entretanto, o estilo de sociologia praticado pela “Escola de Chicago” continuou a vicejar como uma via teórico-metodológica alternativa ao mainstream funcionalista. No plano da teoria, a orientação sistêmica da sociologia parsoniana era preterida, dentre os sociólogos de Chicago, em favor de abordagens microssociológicas que apreendiam a ordem social em suas encarnações situacionais, abordagens que também sublinhavam a criatividade contextual dos agentes em vez de reduzir a ação social ao mero desempenho de roteiros normativos que os precediam. No âmbito da metodologia, por sua feita, a “Escola de Chicago” favorecia métodos qualitativos de pesquisa calcados no



mergulho etnográfico nos contextos sociais estudados, em contraste com a tendência ortodoxa à pesquisa de realidades macroestruturais mediante técnicas quantitativas, como a aplicação de questionários.

Quanto do estilo de análise sociocientífica levado a efeito por representantes da Escola de Chicago deve ser creditado à influência particular de Mead como professor e pesquisador? Trata-se de uma questão controversa. Por um lado, tornou-se comum retratar as pesquisas de autores ligados à Escola de Chicago, como Robert Park e Ernest Burgess, que representativas de uma transposição, para o domínio da sociologia, de uma sensibilidade pragmatista antes cultivada na filosofia por James, Peirce, Dewey e Mead. Por outro lado, como notou Dimitri Shalin (2015: 316), a ideia de que Mead, em particular, teria sido uma influência decisiva sobre aqueles autores não parece corroborada por evidências sólidas. Escassas são as menções explícitas à sua obra, por exemplo, nos textos sociológicos dos líderes da Escola de Chicago, vários dos quais incluem, por outro lado, referências entusiásticas a figuras como Cooley e Simmel (Ibid.). A exceção a essa tendência, no entanto, sempre foi Herbert Blumer.

Conforme a hegemonia do estrutural-funcionalismo começava a colapsar nos anos de 1960, Blumer publicou um livro de ensaios no qual sistematizava o “interacionismo simbólico” como a abordagem legada por Mead à sociologia, uma perspectiva que Blumer empenhava como alternativa de combate à teoria parsoniana (1969). Na versão blumeriana, a abordagem simbólico-interacionista concebia a ordem social em termos processuais, como uma realidade constituída e reconstituída em situações contingentes de interação, além de dependente das competências interpretativas dos atores individuais. Com base nessas duas orientações analíticas, o interacionismo simbólico terminou por juntar-se a outras “microsociologias interpretativas” que também alvejavam o determinismo normativista de Parsons por aquela época, como a fenomenologia social e a etnometodologia.

A despeito da importância de sua contribuição para que o pensamento de Mead fosse elencado como central à agenda da teoria social, o próprio Blumer viria a ser criticado por uma leitura do autor de *Mente, self e sociedade* que outros intérpretes consideraram “parcial”. Ao privilegiar o veio antideterminista das ideias meadianas de modo a defender, contra visões sociológicas hiperdeterministas, um retrato do ator como imbuído de relativa autonomia e criatividade na sua relação interpretativa e prática com o mundo social, Blumer teria, segundo aquelas críticas, proposto uma versão subjetivante e individualizante de Mead (e.g., Warshay e Warshay, 1986). Como vimos, se o retrato meadiano de atores adultos em interação incluía, de fato, o reconhecimento de suas capacidades de introduzir novidades no

mundo societário, outros eixos centrais de seus esforços sublinhavam menos a dependência do social quanto ao individual, lembravam os críticos de Blumer, do que o reverso: a precedência ontogenética de instrumentos simbólicos intersubjetivos no próprio desenvolvimento da subjetividade humana. Como notaram diversos comentadores (cf. Vandenberghe, 2010: 267-268), tal veio do pensamento mediano teria sido mais bem expresso se o título de sua obra póstuma viesse a lume com a ordem dos termos alterada para “Sociedade, mente e self”.

### **HABERMAS, HONNETH E A CRÍTICA INTERSUBJETIVISTA À FILOSOFIA DA CONSCIÊNCIA**

As reflexões ontogenéticas de Mead, ao mostrarem que os seres humanos só podem adquirir autoconsciência e reflexividade ao serem capazes de assumir o ponto de vista de outro(s) sobre si mesmos – portanto via participação na interação social –, tornar-se-iam um recurso central à crítica da “filosofia da consciência” na teoria sociológica do final do século XX. Quando a bifurcação entre os veios de crítica a Parsons – a saber, o veio microsociológico e o veio da teoria do conflito – deu lugar a um “novo movimento teórico” (Alexander, 1987) de síntese, as lições daquele primeiro veio foram criticamente apropriadas pelos seus principais líderes: Bourdieu, Giddens e Habermas. Nem o francês nem o britânico conferiram, no entanto, grande importância ao interacionismo simbólico seja na sua matriz meadiana, seja na interpretação preconizada por Blumer. Para Habermas, por outro lado, a gigantesca importância de Mead se fez medir no fato de que o filósofo social alemão atribuiu ao pensador estadunidense, juntamente com Durkheim, as fundações de uma “mudança de paradigma” nas ciências sociais: de uma filosofia da consciência presa a uma teoria da ação racional-com-relação-a-fins para uma filosofia intersubjetivista da “ação comunicativa” (1987).

Ao tomar sua virada comunicativa de inspiração meadiana como trunfo filosófico-sociológico de superação das aporias em que haviam se enroscado os líderes da primeira geração da Escola de Frankfurt, Habermas também inseria Mead em uma manobra frequente de suas reflexões políticas: o recurso ao pensamento estadunidense na defesa do valor emancipatório da democracia liberal, contra as visões hipercríticas de certo marxismo europeu que a reduziam a um formalismo vazio ou a mero instrumento ideológico de dominação. Tal como Habermas fez com seus professores Adorno e Horkheimer, Axel Honneth (2009), por seu turno, construiria sua própria versão da teoria crítica mediante um

misto de continuidade e descontinuidade em relação às orientações do líder da “segunda geração” da teoria crítica. Partilhando com Habermas um ponto de partida radicalmente intersubjetivista que ambos retraçaram, *mutatis mutandis*, ao jovem Hegel e a Mead (ele próprio uma espécie de hegeliano), Honneth substituirá o foco habermasiano sobre as estruturas da comunicação linguística por um enfoque centrado em estruturas de reconhecimento recíproco. A despeito dessa diferença entre Habermas e Honneth, em parte remontável à intenção honnethiana de corrigir o déficit de tratamento da dimensão afetiva no retrato habermasiano da ação, é significativo da riqueza da obra de Mead que ambos tenham continuado a reclamar uma ancestralidade meadiana para suas respectivas abordagens.

### **JOAS, HUEBNER E A EDIÇÃO DEFINITIVA**

Mesmo o pleito de Honneth em prol do reconhecimento de Mead parece contido se comparado, entretanto, ao do seu contemporâneo na teoria social alemã Hans Joas (1993; 1996; 1997). Na típica tradição germânica de “reconstruções histórico-intelectuais com propósito sistemático”, Joas não apenas buscou sistematizar o pensamento de Mead a partir das suas fontes disponíveis como também demonstrar a relevância desse pensamento, juntamente com o pragmatismo filosófico estadunidense de maneira mais geral, para um vasto repertório de questões centrais à teoria social contemporânea. Ao cotejarem pacientemente as ideias presentes na primeira edição de *Mente, self e sociedade* com aquelas desenvolvidas por Mead em seus textos publicados e não publicados, autores como Joas animaram uma pesquisa atenta aos momentos em que o trabalho editorial de Morris teria sido demasiado intrusivo, introduzindo vieses interpretativos corrigíveis ou, pelo menos, questionáveis quando confrontados com outras fontes do pensamento meadiano. Antes de redundar nessa edição que se anuncia sem reboços como “definitiva”, tal empreitada de pesquisa já havia culminado no livro *Becoming Mead*, de Daniel Huebner, uma pesquisa exaustiva – zelosa de beirar o tédio – dos vários estágios da feitura e da montagem de *Mente, self e sociedade*.

Como parte de um mesmo projeto da University of Chicago Press, Joas e Huebner também organizaram a publicação de um livro de artigos que compila contribuições a uma conferência devotada à “atualidade” (timeliness) de Mead para questões que vão da historiografia da ciência natural à socialidade da natureza, passando por teorias da democracia e pela análise interdisciplinar de processos socioambientais ou da cognição no *homo sapiens* (2016). A despeito das desconfianças externadas ante o trabalho editorial de Charles Morris, nenhuma das quais apaga o reconhecimento de seu papel decisivo em manter

vivo o pensamento de Mead para gerações futuras, Joas e Huebner deixam o texto da edição de 1934 largamente intacto, tirante pequenas correções de erros de impressão da primeira edição. O elemento novo trazido nessa edição definitiva, no entanto, é um exaustivíssimo apêndice (p.331-397) no qual Huebner nos informa, a partir de sua pesquisa hiperescrupulosa nos arquivos relevantes, as fontes nas quais Morris se baseou para montar o texto de cada capítulo do livro. Graças à sua pesquisa arquivística, Huebner também recuperou esclarecedoras passagens de Mead (p.ex., em respostas gravadas às perguntas de estudantes) que terminaram suprimidas da edição original por Morris.

### **CONCLUSÃO: MULTI-MEAD**

Uma das chaves de leitura mais sagazes para *Mente, self e sociedade* foi oferecida por Dimitri Shalin (1989) quando este propôs uma distinção entre três eixos analíticos pelos quais Mead transita no livro: filogênese, ontogênese e sitogênese. No âmbito filogenético, Mead ensaia uma reconstrução das origens evolucionárias da consciência humana. Na medida em que é a emergência de mentes e selves que está sendo explicada, o autor estadunidense não podia, decerto, pressupô-los como existentes na sua reconstrução. Debruçar-se sobre suas origens evolutivas significava justamente atar os polos da distinção, plenamente reconhecida por Mead, entre sociedades animais baseadas na conversação de gestos e sociedades humanas baseadas na comunicação mediante símbolos significantes. Explicar como atributos própria e exclusivamente humanos florescem a partir de estágios evolucionários anteriores implica utilizar uma terminologia que parece assimilar humanos e animais.

Na esfera ontogenética, por seu turno, Mead se ocupa do desenvolvimento da consciência individual em um contexto social já formado, o qual preexiste à entrada do indivíduo em cena. É nesse âmbito que o pensador sublinha, no que seria uma das principais fontes para a crítica da “filosofia da consciência” na teoria social do século XX, a precedência da interação social sobre a própria autoconsciência do indivíduo, na medida em que esta só pode emergir a partir do momento em que o ator se torna capaz de assumir o ponto de vista de um outro sobre si. Na medida em que coletividades organizadas são condições precedentes e necessárias do desenvolvimento da consciência individual, a argumentação ontogenética já pressupõe a existência histórica daqueles fenômenos societários que participam de tal desenvolvimento, como as normas próprias do “outro generalizado” e um repertório comunicativo de “símbolos significantes”. Finalmente, na esfera “sitogenética” (ou, mais simplesmente, situacional), o foco recai sobre o transcorrer de situações de interação entre atores já socializados, o que significa pressupor que tais atores já

se encontram dotados daqueles mesmos atributos de cuja emergência Mead tentara dar conta nos planos filogenético e ontogenético: um self com seus aspectos ou fases de “eu” e “mim”, uma dose de liberdade situada e autonomia criativa em função da qual o ator é capaz de introduzir novidades nas situações em que se insere e assim por diante.

Shalin ressalva que Mead pula frequentemente de um nível analítico para outro sem aviso, o que dá ensejo a leituras críticas que acentuam um desses níveis às expensas dos outros. Tal dica de interpretação ajuda a dar sentido a diferentes críticas lançadas contra Mead como fundadas na exacerbação de um daqueles veios intelectuais frente a outros. Na reconstrução filogenética das origens do self humano a partir de seus ancestrais evolucionários, quando o pensador estadunidense não pode pressupor como existentes aqueles atributos mesmos cuja emergência procura explicar, Mead mobiliza uma linguagem “animalizante” que pode dar ensejo à ideia de que ele trata as próprias faculdades humanas à maneira de um “behaviorista vulgar” (Collins, 1989). No exame ontogenético de como indivíduos humanos vêm a desenvolver selves graças à sua participação em um contexto societário, a primazia dos símbolos significantes e do “outro generalizado” frente a qualquer ator individual levou alguns críticos, por seu turno, a tacharem Mead de “determinista social” (Archer, 2003: 80-83). Finalmente, quando o eixo analítico passa a ser a investigação sociológica de situações interativas, o acento sobre a autonomia relativa de atores já socializados, na condução de suas interações simbolicamente mediadas, dá munção às acusações de “subjetivismo” e “individualismo” dirigidas à leitura blumeriana (e.g., Alexander, 1987b: 195-237).

Talvez a leitura de Mead como pensador plural, ajustando tais ênfases e corrigindo umas pelas outras (p.ex., o behaviorismo biologizante pelo determinismo social, o determinismo social pelo voluntarismo subjetivista...e de volta), possa dar uma nova ideia do tamanho de sua contribuição para a teoria social.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey. **O novo movimento teórico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, número 2, 1987a.

\_\_\_\_\_. **Twenty Lectures: Sociological Theory since the World War II**. Nova Iorque, Columbia, 1987b.

ARCHER, M. **Structure, agency and the internal conversation**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2003.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: perspective and method**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1969.

COLLINS, R. “**Toward a Neo-Meadian sociology of mind**”. *Symbolic Interactionism*, v.12, n.1, 1989.

\_\_\_\_\_ **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **The Theory of communicative action – Vol.2: Lifeworld and System: a critique of functionalist reason**. Boston, Beacon Press, 1987.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: 34, 2009.

HÜEBNER, D. **Becoming Mead**. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

JOAS, H. **Pragmatism and Social Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

\_\_\_\_\_ **The Creativity of Action**. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

\_\_\_\_\_ **G.H.Mead: a contemporary re-examination of his thought**. Cambridge: MIT Press, 1997.

JOAS, H.; HÜEBNER, D. **The timeliness of George Herbert Mead**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

SHALIN, D. “**Mead, behaviorism and indeterminacy**”. *Symbolic Interactionism*, v.12, n.1, 1989.

\_\_\_\_\_ “**Making the sociological canon: the battle over George Herbert Mead’s legacy**”. *The American Sociologist*, v.46, n.3, 2015.

TURNER, Jonathan. **A emergência da teoria sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2016.

VANDENBERGHE, F. **Teoria social realista: um diálogo franco-britânico**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

WARSHAY, L. H.; WARSHAY, D. W. **The individualizing and subjectivizing of George Herbert Mead**. A sociology of knowledge interpretation. *Sociological Focus*, 19, 177-188. CA, 1986.